

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA LATO SENSU
EM GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

Especialização

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DOS
CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
RAZÃO DA REALIDADE DOS MERCADOS DE
TRABALHO**

**“Um estudo sobre o Programa Brasil
Profissionalizado.”**

Autor: Sérgio Ricardo D’Almeida Vitor
Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Medeiros

BRASÍLIA

2011

SÉRGIO RICARDO D'ALMEIDA VITOR

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DOS CURSOS DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM RAZÃO DA REALIDADE
DOS MERCADOS DE TRABALHO:**

Um estudo sobre o Programa Brasil Profissionalizado.

Artigo apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão de Programas e Projetos
Educativos da Universidade Católica de
Brasília / Fundação Universa, como requisito
parcial para obtenção do Título de Especialista
em Gestão de Programas e Projetos
Educativos

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Medeiros

Brasília 2011



Artigo de autoria de SÉRGIO RICARDO D'ALMEIDA VITOR, intitulado A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM RAZÃO DA REALIDADE DOS MERCADOS DE TRABALHO: “Um estudo sobre o Programa Brasil Profissionalizado.”, apresentado como requisito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Gestão de Programas e Projetos Educacionais da Universidade Católica de Brasília / Fundação Universa, em 26 de julho de 2011, aprovado pelos professores:

Prof. Dr. Carlos Augusto Medeiros
Orientador

Prof. Dra. Mara Silvia André Ewbank
Coordenadora

Brasília 2011

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM RAZÃO DA REALIDADE DOS MERCADOS DE TRABALHO:
Um estudo sobre o Programa Brasil Profissionalizado.**

Sérgio Ricardo D’Almeida Vitor

RESUMO

Com o crescente desenvolvimento do país, o mercado de trabalho tem sofrido muito em razão da falta de mão-de-obra especializada para diversos segmentos do mercado, tornando cada vez mais importante sua formação para diversos segmentos de trabalho. Nesse contexto, o presente estudo objetiva analisar as orientações do Programa Brasil Profissionalizado, notadamente quanto à oferta da educação profissional inserida no ensino médio regular, com vistas à formação da força de trabalho especializada. Para tanto, recorreu à pesquisa bibliográfica e documental. Como principais conclusões evidenciaram-se a importância do Programa referido, bem como, necessárias atualizações a fim de atender demandas específicas do setor produtivo das diversas regiões do País.

Palavras-chave: Programa Brasil Profissionalizado. Educação Profissional e Tecnológica. Plano de Desenvolvimento da Educação.

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente necessidade de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho o Ministério da Educação por meio do Programa Brasil profissionalizado tem investido na profissionalização de estudantes do ensino médio, inserindo a educação profissional dentro do ensino médio regular, pois atualmente a educação profissional se dá fora do ensino médio regular por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) ou pelas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) e não em laboratórios inseridos para serem utilizados durante o ensino médio regular para poder combater a crescente falta de mão-de-obra em diversos segmentos do mercado de trabalho. Artigo publicado no site globo.com ilustra um pouco da realidade do programa Brasil profissionalizado e o que se pretende fazer em relação à profissionalização por meio das políticas públicas do MEC. O artigo divulga que o Ministério da Educação (MEC) aumentou

em 21% a verba de investimento em educação profissional no país. Serão disponibilizados R\$ 320 milhões para os estados investirem em reforma, ampliação, construção de escolas técnicas e aquisição de recursos pedagógicos. Em 2010, a verba destinada foi de R\$ 263,4 milhões. O MEC firmou convênios com 23 estados, e prepara acordo com Distrito Federal, Amazonas, Rio de Janeiro e Rondônia, que ainda não aderiram ao programa. Somente com os convênios firmados é possível repassar os recursos. A intenção do ministério é construir 176 escolas técnicas estaduais e criar mais 210 vagas para os estudantes. O objetivo, segundo o MEC, é alcançar meio milhão de matrículas nas escolas estaduais. Atualmente as redes estaduais de ensino profissionalizante têm 289 mil matrículas. No total, 1,14 milhões de estudantes estão envolvidos com educação profissional no país. A verba faz parte do programa Brasil Profissionalizado, criado em 2007, durante o governo Lula, e o aumento do repasse sinaliza a política de incentivo para ampliação da rede de educação profissional do país anunciada pela presidente Dilma Rousseff. Ela deve anunciar o lançamento do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec) para facilitar o ingresso de jovens nesse tipo de ensino. O novo governo pretende ampliar o acesso ao ensino médio técnico e à educação profissionalizante por meio de financiamento e distribuição de bolsas de estudo. A intenção do governo é dar incentivos aos cursos que permitem aos jovens chegar mais rápido ao mercado de trabalho, aumentando o número de alunos nas escolas técnicas. Especialistas consideram que a iniciativa do governo pode fortalecer a educação profissional, mas ressaltam que é fundamental dar atenção à qualidade do ensino. Baixa procura, evasão alta e qualidade ruim dos cursos são problemas que afetam este tipo de educação no país. A educação profissional é dividida em três modelos de cursos técnicos: integrado, concomitante e subsequente. Os números do Censo Escolar 2010 mostram que no ano passado o país registrou 1,14 milhão de matrículas de jovens na educação profissional, sendo 920 mil matrículas na educação profissional e 215 mil são matrículas referentes aos cursos de ensino médio integrado ao técnico. É um universo pequeno se for comparado ao total de alunos de ensino médio nas redes públicas e privadas do país, que é de **8.357.675**, de acordo com censo escolar de 2010. Ainda de acordo com o Censo Escolar de 2010 a rede estadual é responsável por 85,9% das matrículas, enquanto a rede privada tem 11,8%. Nos últimos oito anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 114% no período. De acordo com especialistas, o programa do governo pode ajudar a solucionar problemas no ensino profissional. Para José Augusto de Mattos Lourenço, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, a procura pelo ensino

médio técnico ainda é baixa e o programa pode mudar este cenário, porém, é necessária a criação de mais instituições de ensino. “A baixa procura pelo ensino técnico se deve à questão financeira. Como o governo vai financiar, um maior número de alunos terá condições de estudar”, afirmou Mattos. Para ele, ao mesmo tempo em que há uma demanda reprimida para o ensino médio, as instituições têm dificuldade de manter esta modalidade de ensino por conta do alto custo. “Os laboratórios são caros e as escolas vão pensar muito antes de investir da forma necessária.”

O professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Luis Aguilar considera que a maior vantagem do Pronatec será a de garantir a permanência do aluno na escola. “Este é o grande problema do ensino profissional. A evasão é alta pela questão financeira e também porque muitos alunos já trabalham.”

Os cursos profissionalizantes com maior número de matrículas na rede privada são enfermagem, segurança do trabalho, informática, radiologia, mecânica, administração, eletrotécnica, química e mecatrônica. Segundo Aguilar, além de aumentar a procura pelo ensino médio técnico, o Pronatec pode provocar uma mudança no modelo de ensino e nas instituições. “Acredito em mudanças nos próximos dez anos até porque o sistema convencional não muda há muito tempo.”

Carmen Silvia Vidigal Moraes, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que todo programa que visa à ampliação do ensino é bem-vindo, porém é preciso se atentar à qualidade. “É a mesma crítica que faço ao ProUni, pois corre-se o risco de se fortalecer uma rede de ensino privada desqualificada. Seria melhor garantir um bom curso médio para o aluno ir para escola pública. Por outro lado, vejo que o governo tem se preocupado em criar mecanismos de inspeção para garantir a melhoria do ensino.” Para Carmen, o ensino médio técnico e a educação profissional seriam canais para atender as demandas econômicas e sociais geradas pelo mercado de trabalho, principalmente com a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil. “Não há mão de obra suficiente”, afirma. De acordo com a professora, uma maneira de resolver a questão do déficit na infraestrutura dos colégios que alegam alto custo de investimento seria criar centros de educação profissional regionalizados, e aproveitar o espaço das escolas técnicas federais, estaduais e do sistema S.

Diante do exposto, o presente artigo busca analisar as orientações do Programa Brasil Profissionalizado, notadamente quanto à oferta da educação profissional inserida no ensino médio regular, com vistas à formação da força de trabalho especializada de acordo com a realidade de cada região, levando em conta o mercado de trabalho e a demanda de cada curso.

Para tanto, recorreu às técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de atingir o objetivo proposto. Além da presente *introdução* e das *considerações finais*, o presente artigo encontra-se estruturado em duas seções. A seguir, na seção 2 – *Princípios e Definições* – busca-se apresentar as principais diretrizes do Programa Brasil Profissionalizado; na seção 3, será apresentado um estudo de caso referente à execução do convênio 750018/2008 entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Estado do Paraná, convênio esse que financia ações voltadas a equipar os laboratórios fisicamente e também com um acervo bibliográfico para pesquisa.

2 PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

Neste tópico serão apresentados os principais pontos relacionados ao Programa Brasil Profissionalizado.

Segundo Brasil (2011) ¹,

O Programa Brasil Profissionalizado, estabelecido pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE e prevê a conjugação de esforços da União e demais entes federados, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Considera-se, ainda, justificativa do projeto (BRASIL, 2007),

Por meio de adesão voluntária ao compromisso, Estados, Distrito Federal e Municípios assumem a responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em suas esferas de competência, cumprindo metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), observando-se as diretrizes relacionadas no referido Decreto.

As adesões ao Compromisso Todos pela Educação norteiam o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos entes federados e ocorrem mediante a elaboração de Plano de Ações Articuladas PAR Brasil Profissionalizado. O PAR/Brasil Profissionalizado é o conjunto articulado de ações que visa ao cumprimento das metas do Compromisso Todos Pela Educação visando à observância das suas diretrizes.

A realização do diagnóstico, bem como a elaboração do PAR/Brasil Profissionalizado se deu de forma participativa, tendo sido realizado dentro de uma sistemática aonde foram consideradas quatro dimensões para geração e análise do diagnóstico e do PAR:

- Gestão Educacional;
- Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar;
- Práticas Pedagógicas e Avaliação; e
- Infra-estrutura e Recursos Pedagógicos.

A execução das ações e subações prioritárias podem ser de responsabilidade direta do Estado, como também envolver assistência técnica do MEC, com ou sem complementação financeira: descentralização, transferências legais e transferências voluntárias do Ministério. Normalmente os convênios são firmados com estados e municípios existindo uma razão de 99% do valor do convênio de responsabilidade do FNDE e 1% a cargo do estado ou município, percentual esse que é denominado de contrapartida. Assim que há a liberação do recurso por parte do FNDE em uma conta específica do convênio deve ser feito também o depósito da contrapartida para que o valor total do convênio fique depositado nessa conta. Existe ainda a obrigatoriedade de se aplicar o recurso do convênio em conta com rendimento. Os recursos provenientes da aplicação financeira do convênio poderão ser usados para complementar a execução do convênio ou mesmo para que se possam corrigir eventuais distorções financeiras que ocorrem com o passar do tempo, haja vista que os convênios são executados ao longo de vários anos.

O Programa Brasil Profissionalizado, de iniciativa do MEC (BRASIL, 2011) visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica:

A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

Segundo ainda o MEC (BRASIL, 2011),

Mais de R\$ 500 milhões já foram repassados pelo Ministério da Educação para estimular a implementação de ensino médio integrado à educação profissional nos estados. O dinheiro deve ser empregado em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Até 2011, o programa investirá recursos da ordem de R\$ 900 milhões aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país.

O Brasil Profissionalizado leva em consideração o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e faz uma projeção dos resultados para a melhoria da aprendizagem. Um diagnóstico do ensino médio contém a descrição dos trabalhos político-pedagógicos, orçamento detalhado e cronograma das atividades. O incremento de matrículas e os indicadores sociais da região, como analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos também são analisados.

Como participar do programa? Segundo o documento que o apresenta (BRASIL, 2011) é preciso observar alguns passos:

1º passo: Assinar o Compromisso Todos pela Educação - Decreto nº 6094/97.

2º passo: O secretário estadual de educação ou secretaria afim deve formalizar à Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) sua intenção de participar do programa. No mesmo documento deve constar o nome e o CPF dos responsáveis pela execução do Brasil Profissionalizado no estado. Os dados serão cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec), plataforma em que serão inseridos o diagnóstico e a elaboração do plano de expansão e melhoria da educação profissional.

3º passo: A secretaria estadual solicita ao MEC a presença de um técnico para orientar na realização do diagnóstico e elaboração do plano.

4º passo: Finalizado o diagnóstico e elaborado o plano, este será enviado para análise da Setec.

5º passo: Após análise global do plano pela Setec, as ações aprovadas são encaminhadas para celebração de convênio junto ao FNDE ou para atendimento via assistência técnica.

3 ESTUDO DE CASO - EXECUÇÃO DO CONVÊNIO 750018/2008 entre o FNDE e o Estado do Paraná.

A fim de analisar o que se propõe, o presente artigo realizará análise da execução do convênio n. 750018/2008, firmado entre o Estado do Paraná e o FNDE, a fim de evidenciar na realidade concreta a execução dos recursos do Brasil Profissionalizado e os ajustes necessários. No Anexo A, encontra-se tabela contendo todas as subações e valores previstos para a execução do presente convênio.

O que se pode observar da análise da tabela do Anexo A é que as ações referentes à realização de simpósios e cursos de atualização para professores da educação profissional não foram alteradas, pois, são ações voltadas à discussão e formação dos profissionais que atuam

na formação, já aquisição de acervo bibliográfico e os laboratórios a serem equipados sofreram alterações para adaptar os mesmos a realidade do estado. As mudanças se fizeram necessárias em razão de terem sido detectados nos itens de laboratórios alguns aspectos que inviabilizam a aquisição dos mesmos, com a intenção de realizar a aquisição coerente e viável destes laboratórios como o suporte ao desenvolvimento da atividade pedagógica junto ao Ensino Técnico e Científico e também, com o objetivo de atingir as metas contidas no convênio em questão, solicitou a reformulação do Plano Original de Trabalho, a qual propõe a exclusão e a substituição de alguns equipamentos, o aumento do número de escolas a serem contempladas e quantidade de equipamentos, bem como, a alteração dos valores correspondentes aos itens dos laboratórios para adequação a nova realidade.

O Plano de Trabalho aprovado não contemplou a aquisição de todos os Laboratórios necessários na rede Estadual. Por motivo de economicidade, usando reequilíbrio financeiro do Convênio e uso de realocação de saldo apresentado, foi solicitada a autorização para inserção de novos laboratórios:

- 1) Alimentos, Cozinha, Nutrição e Dietética, Confeitaria e Panificação;
- 2) Desenho da Construção Civil;
- 3) Enfermagem;
- 4) Viticultura e Enologia;
- 5) Estética e Imagem Pessoal
- 6) Manutenção Automotiva;
- 7) Mecatrônica;
- 8) Prótese Dentária;
- 9) Segurança do Trabalho;
- 10) Refrigeração e Climatização;
- 11) Implementos Agrícolas.

A solicitação se justifica devido ao grande número de alunos que freqüentam os cursos e a importância dos mesmos para garantir a prática e conseqüentemente melhora da qualidade do Ensino Técnico no Estado do Paraná.

A subação Equipar Laboratório de Artesanato está sendo excluída em razão de não haver demanda na oferta do curso o que faz com que não se justifique a manutenção do mesmo, assim como os acervos bibliográficos referentes à Apicultura e Cooperativismo.

O Laboratório de Agropecuária teve o equipamento para Beneficiamento e Produção de Laticínios modificado em sua especificação em virtude do ganho pedagógico na aprendizagem do educando, pois o novo equipamento realiza todo processo de

beneficiamento do leite de forma eficiente moderna e de acordo com as normas legais vigentes na área, sendo de suma importância os alunos terem acesso a modernização disponível no mercado, será feita a inclusão de mais um Estabelecimento de Ensino que ofertará o curso de Meio Ambiente. A aquisição gerará aumento na quantidade de equipamentos e Escolas, porém não gerará aumento do custo total, ou seja, a ação reformulada terá saldo remanescente em relação ao PTA anterior.

As especificações apresentadas no Plano de Trabalho inicial eram caracterizadas minimamente, sendo de extrema dificuldade comprar produtos e materiais por meio das especificações iniciais, portanto, foi necessário tornar as especificações mais técnicas, especialmente por tratar-se de produtos a serem adquiridos para utilização didática-pedagógica em laboratórios escolares.

Quanto aos valores, à menor ou a maior, os mesmos estão ligados a variação de marcas e modelos bem como, aos diversos fabricantes existentes no mercado de venda destes produtos.

Cabe ainda ressaltar, que a forma de entrega dos produtos, sua localização e os encargos com impostos, frete e embalagens especiais, foram elementos essenciais para a discrepância de valores entre os valores constantes do PTA e a pesquisa de cotação para licitação, os equipamentos usados de forma separada não trariam esta oportunidade aos alunos. Igualmente, os Colégios beneficiados possuem matéria prima que é o leite em abundância para uso nas atividades técnicas e pedagógicas.

Analisando os equipamentos do laboratório de Biotecnologia, foi detectado que a variação de valores preponderou sobre os demais parâmetros, podemos afirmar que o motivo da variação de preço ocorrida, está diretamente ligado a gama de produtos e marcas do mercado.

Considerando a pesquisa do PTA realizada em 2008, seria natural a evolução de preços e ou a diminuição, até porque o Brasil passou por uma instabilidade de preços e demanda de produtos.

Quanto às mudanças de especificações de diversos itens se fizeram necessárias para adequar a expectativa de compra com o produto correto a ser adquirido, outra condição que interfere no processo são os encargos de impostos e frete que alteram os preços dos produtos e que são de difícil detecção na elaboração do PTA.

No laboratório de Equipamentos complementares ao laboratório do mec/fnde dos cursos técnicos em eletrônica as variações de preços de componentes eletrônicos no mercado mundial, perdem preço com o desenvolvimento tecnológico, pois a taxa de utilização de

componente aumentou exponencialmente, cabendo até comparações com produtos tipo televisões que em 2008 custavam R\$ 3.000,00 (três mil reais) e hoje o mesmo televisor com características muito superiores, podem ser adquirido por R\$ 1.000,00 (mil reais). Os valores que se tornaram maiores apresentavam como característica o desenvolvimento para o ensino que necessita de projeto e montagem específicos e que não possuem demanda extrema para ter seus preços reduzidos.

Os valores relativos aos equipamentos para o Laboratório de Mecânica tiveram seus valores aumentados, pela indisponibilidade de certos equipamentos no mercado nacional, necessitando assim, serem importados de Países Europeus, cuja valorização do Euro foi à condição para gerar o aumento dos custos. Outro fator determinante foi à busca por produtos voltados ao sistema didático-pedagógico e não às adaptações de produtos industriais nas Escolas.

No Laboratório de Celulose e Papel foi necessária a reformulação, tendo em vista a necessidade de realinhamento financeiro considerando que os valores previstos na época da elaboração do Plano de Trabalho sofreram alteração. Os preços sofreram redução devido aos valores inseridos no Plano de trabalho terem sido cotados por estimativa. As especificações não estavam bem definidas, portanto houve necessidade de detalhar de forma adequada as especificações.

Já para o Laboratório de Energias Alternativas pelo seu ineditismo no Mercado Nacional, representou um grande desafio em encontrar empresas que possuíssem equipamentos para o mesmo, sendo assim os custos representativos de produtos voltados a pequenas produções encareceram totalmente os valores.

No Brasil muitas empresas produzem e importam equipamentos para escalas industriais, não condizentes com laboratórios para ensino de práticas em energias alternativas. Sendo assim, o custo dos equipamentos construídos especialmente para área de ensino, devido a seu tamanho e aplicação, representaram uma grande diferença em relação aos custos projetados em 2008.

O aumento da quantidade de Laboratórios de Técnico em edificações e consequentemente de equipamentos a serem adquiridos devem-se ao aumento de Colégios que irão ofertar o Curso, em razão da demanda existente de alunos. Um motivo para aumento de preço nos equipamentos deve-se ao fato de ter sido solicitado que a empresa vencedora do lote ministre treinamento para uso, segurança e manutenção possibilitando aos professores que usufruam da melhor forma possível os equipamentos nas aulas práticas.

Os Cursos Técnicos em Alimentos, Panificação e Confeitaria estão contidos no eixo tecnológico de Produção Alimentícia, o curso Técnico em Nutrição e Dietética pertence ao eixo tecnológico de Ambiente, Saúde e Segurança, porém todos necessitam para desenvolver suas atividades práticas dos equipamentos contidos no laboratório solicitado. Como muitos estabelecimentos oferecem mais de um curso dentro do mesmo eixo, o estabelecimento poderá usar o mesmo laboratório para mais de um curso. Com se poderá atender um número elevado de alunos. A aquisição destes laboratórios é plenamente justificável não só pela parte técnica pedagógica como também pela economicidade que irá gerar contemplando os 07 (sete) estabelecimentos de ensino, que poderão dar início a alguns cursos que ainda aguardam pelo laboratório.

Em relação ao Laboratório de Técnico em Enfermagem, a liberação dos 28(vinte e oito) laboratórios solicitados possibilitará o aumento da oferta no Estado do Paraná que necessita ter seus laboratórios adequados e modernizados para que se atenda com qualidade as especificações e necessidades pedagógicas estabelecidas no Plano de Curso que visa formar profissionais que integrarão a área de saúde.

Os laboratórios com seus instrumentos constituem elementos indispensáveis para a formação do profissional, uma vez que é nesse espaço que se efetiva, na prática, as orientações teóricas.

A aquisição dos equipamentos para o laboratório do Curso de Técnico em Estética e Imagem Pessoal é de suma importância, já que o referido curso se encontra em funcionamento e a disciplina prática na formação dos futuros profissionais depende essencialmente da infraestrutura para o ensino-aprendizagem com qualidade.

No Estado do Paraná há grande procura para o Curso Técnico em Manutenção Automotiva, o mesmo será feito 03 Estabelecimentos de Ensino, com objetivo de atender parte da demanda apresentada. Para tal faz-se necessário laboratórios adequados com o objetivo de atender as aulas práticas, pois estas possibilitarão ao aluno um aprendizado seguro e eficiente, justificando-se assim a aquisição do referido laboratório. Devido ao aumento da frota automotiva no país este é um mercado de trabalho que tende a crescer cada vez mais, proporcionando assim mais oportunidades de trabalho aos profissionais formados.

O Laboratório de Segurança do Trabalho acompanha a evolução nos processos industriais, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida, entre outras, mudaram as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio Saúde e Trabalho o qual propõe uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores. Nessa

perspectiva, a demanda por profissionais na área do segurança do trabalho vem aumentando dia-a-dia e, conseqüentemente, a procura desse curso também.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise sobre a formação de mão-de-obra qualificada revelou a importância do Programa Brasil Profissionalizado. Revelou ainda, a necessidade de adaptações por parte dos estados federados com vistas a atender as demandas regionais e de estar em sintonia com o mercado de trabalho.

A criação e manutenção dos laboratórios, como ilustração, passa pela demanda existente no mercado de trabalho e também das demandas futuras e referentes a laboratórios inovadores, como é o caso do Laboratório de Energias Alternativas. O que se espera na realidade é que dos recursos repassados e disponibilizados os mesmos possam ser utilizados de forma a atender a demanda existente por parte das indústrias e empresas prestadoras de serviços bem como a demanda dos alunos que pretendem se profissionalizar e pretendem com isso ao terminar o curso poder fazer parte do mercado de trabalho, pois de nada vale fazer a formação se não há possibilidade de se inserir no mercado de trabalho ao final da mesma. Os estados participantes do programa devem estar atentos as necessidades regionais e em utilizar as tecnologias existentes para uma formação de qualidade e não somente pensar em quantidades. As diferenças regionais que existem em razão de cultura, tipos de empresas que se estabelecem em cada região são fundamentais para definir em que área deverá haver formações para que assim se possa atender a demanda e a oferta de forma a deixar todos satisfeitos e haver melhoria na qualidade técnicas dos futuros profissionais do mercado brasileiro.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. FNDE. **Plano de Trabalho**: declaração de adimplência. Plano de Ações Articuladas. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/pta%20estaduais.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BRASIL. MEC. **Brasil Profissionalizado**: apresentação. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12325&option=com_content&view=article>. Acesso em: 15 ago. 2011b.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 - Institui o Programa Brasil Profissionalizado.

_____. Decreto nº 1.819, de 16 de fevereiro de 1996. Disciplina as transferências de recursos da União por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais federais e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 junho de 2011.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 junho 2011.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 abril 2011.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 003, de 27 de fevereiro de 2003b. Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE, e dá outras providências. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 03 junho 2011.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 053, de 29 de outubro de 2009. Aprova o Manual de Assistência Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 01 junho 2011.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 015, de 16 de junho de 2003a. Estabelecer critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do

PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 11 junho 2011.

_____. Instrução Normativa STN/MF nº 1, de 15 de janeiro 1997 e alterações posteriores. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 10 abril 2011.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993b. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. MEC-ANUNCIA-AUMENTO-VERBA-EDUCACAO-PROFISSIONAL
<http://pe360.globo.com/educacao/educacao-e-carreiras/ensino/2011/03/15/NWS,530441,35,530>. Acesso em: 05 julho de 2011.

_____. <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/o-brasil-em-numeros-1/educacao>

_____. http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/category_4.php

_____. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/pta%20estaduais.pdf>

ANEXO A

DISCRIMINAÇÃO DE SUBAÇÕES E VALORES PREVISTOS PARA A EXECUÇÃO INICIAL DO CONVÊNIO E AS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS A REALIDADE DO ESTADO DENTRO DO CONVÊNIO 750018/2008.

AÇÃO	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)
Realização de cursos de atualização para professores da educação profissional	171.336,00	169.622,64	171.336,00	169.622,64
Realização de cursos de atualização para professores de 40 áreas da educação profissional.	937.760,00	928.382,40	937.760,00	928.382,40
Realização de simpósio para discussão dos avanços e dificuldades da integração	554.024,00	548.483,76	554.024,00	548.483,76
Realização de simpósios do ensino médio integrado dos cursos de formação de professores - normal.	540.696,00	535.289,04	540.696,00	535.289,04
Realização do simpósio o ensino médio integrado - eixos tecnológicos - ambiente, saúde e segurança e recursos naturais	537.368,00	531.994,32	537.368,00	531.994,32
Relaxação de seminário de gestão de educação profissional	519.696,00	514.499,04	519.696,00	514.499,04
Simpósio de a formação de equipes pedagógicas para atuarem nas escolas de EPT	530.024,00	524.723,76	530.024,00	524.723,76
Simpósio educação profissional integrada a educação de jovens e adultos	540.696,00	535.289,04	540.696,00	535.289,04
Aquisição de acervo bibliográfico para Carpintaria	18.000,00	17.820,00	7.467,40	7.392,73
Aquisição de acervo bibliográfico para Agente Comunitário da Saúde	540.000,00	534.600,00	255.252,00	252.699,48
Aquisição de acervo bibliográfico para Açúcar e Alcool	144.000,00	142.560,00	68.920,00	68.230,80
Aquisição de acervo bibliográfico para Administração	5.081.400,00	5.030.586,00	2.931.334,50	2.902.021,16

	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
AÇÃO	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	AÇÃO	CONVENIADO (R\$)
Aquisição de Acervo Bibliográfico para Agrimensura	18.000,00	17.820,00	8.263,80	8.181,16
Aquisição de Acervo bibliográfico para Agro ecologia.	18.000,00	17.820,00	19.670,60	19.473,89
Aquisição de acervo bibliográfico para Agroindústria	121.500,00	120.285,00	60.886,50	60.277,64
Aquisição de acervo bibliográfico para Agropecuária	459.000,00	454.410,00	425.306,40	421.053,34
Aquisição de acervo bibliográfico para Alimentos	202.500,00	200.475,00	137.214,60	135.842,45
Aquisição de Acervo Bibliográfico para Análises Clínicas	54.000,00	53.460,00	54.000,00	53.460,00
Aquisição de acervo bibliográfico para Análises Químicas	90.000,00	89.100,00	55.924,00	55.364,76
Aquisição de acervo bibliográfico para Apicultura	18.000,00	17.820,00		0,00
Aquisição de acervo bibliográfico para Arte Dramática	54.000,00	53.460,00	15.693,00	15.536,07
Aquisição de Acervo Bibliográfico para Artes Visuais.	36.000,00	35.640,00	21.324,80	21.111,55
Aquisição de acervo bibliográfico para biblioteconomia	54.000,00	53.460,00	13.395,60	13.261,64
Aquisição de Acervo Bibliográfico para Biotecnologia	18.000,00	17.820,00	8.335,80	8.252,44
Aquisição de acervo bibliográfico para Celulose e Papel	29.700,00	29.403,00	18.898,50	18.709,52

	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
AÇÃO	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	AÇÃO	CONVENIADO (R\$)
Aquisição de acervo bibliográfico para Comércio	324.000,00	320.760,00	149.724,00	148.226,76
Aquisição de acervo bibliográfico para Contabilidade	982.800,00	972.972,00	420.000,00	415.800,00
Aquisição de acervo bibliográfico para controle Ambiental	72.000,00	71.280,00	38.547,21	38.161,74
Aquisição de acervo bibliográfico para cooperativismo	36.000,00	35.640,00		0,00
Aquisição de acervo bibliográfico para Design de Móveis	13.500,00	13.365,00	5.332,20	5.278,88
Aquisição de acervo bibliográfico para Edificações	388.800,00	384.912,00	221.569,20	219.353,51
Aquisição de acervo bibliográfico para Eletromecânica	94.500,00	93.555,00	52.674,00	52.147,26
Aquisição de acervo bibliográfico para Eletrônica	126.000,00	124.740,00	92.120,00	91.198,80
Aquisição de acervo bibliográfico para Enfermagem	522.000,00	516.780,00	522.000,00	516.780,00
Aquisição de acervo bibliográfico para Farmácia	126.000,00	124.740,00	126.000,00	124.740,00
Aquisição de acervo bibliográfico para Florestal	22.500,00	22.275,00	9.818,80	9.720,61
Aquisição de acervo bibliográfico para Formação de Docentes	6.150.600,00	6.089.094,00	1.487.319,60	1.472.446,40
Aquisição de acervo bibliográfico para Guia de Turismo	126.000,00	124.740,00	41.491,80	41.076,88

	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
AÇÃO	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)
Aquisição de acervo bibliográfico para Higiene Dental	54.000,00	53.460,00	43.313,30	42.880,17
Aquisição de acervo bibliográfico para Hospedagem	72.000,00	71.280,00	34.961,20	34.611,59
Aquisição de acervo bibliográfico para Informática	1.692.000,00	1.675.080,00	970.127,00	960.425,73
Aquisição de acervo bibliográfico para Lazer	54.000,00	53.460,00	15.736,80	15.579,43
Aquisição de acervo bibliográfico para Meio Ambiente	1.382.400,00	1.368.576,00	662.803,20	656.175,17
Aquisição de acervo bibliográfico para Móveis	175.500,00	173.745,00	85.560,00	84.704,40
Aquisição de acervo bibliográfico para Nutrição e Dietética	72.000,00	71.280,00	42.312,40	41.889,28
Aquisição de acervo bibliográfico para o curso Técnico Produção de Áudio e Vídeo	129.600,00	128.304,00	38.383,20	37.999,37
Aquisição de acervo bibliográfico para Paisagismo.	29.700,00	29.403,00	13.695,00	13.558,05
Aquisição de acervo bibliográfico para Recursos Humanos	653.400,00	646.866,00	290.089,80	287.188,90
Aquisição de acervo bibliográfico para Recursos Minerais	18.000,00	17.820,00	8.431,80	8.347,48
Aquisição de acervo bibliográfico para Secretariado	772.200,00	764.478,00	376.490,40	372.725,50
Aquisição de acervo bibliográfico para Segurança do Trabalho	1.108.800,00	1.097.712,00	490.761,60	485.853,98

	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
AÇÃO	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)
Aquisição de acervo bibliográfico para serviços Imobiliários	108.000,00	106.920,00	31.662,60	31.345,97
Aquisição de acervo bibliográfico para Vendas	745.200,00	737.748,00	208.483,50	206.398,67
Aquisição de acervos bibliográfica para Logística	414.000,00	409.860,00	219.657,60	217.461,02
Aquisição de equipamentos para alojamentos	116.220,00	115.057,80	131.447,80	130.133,32
Equipamentos complementares ao laboratório do MEC/FNDE dos cursos técnicos em Eletrônica	964.230,00	954.587,70	676.338,28	669.574,90
Equipar laboratório de Agroindústria de Carne	174.505,00	172.759,95	910.191,55	901.089,63
Equipar laboratório de Agropecuária	4.885.524,87	4.836.669,62	6.497.823,30	6.432.845,07
Equipar laboratório de Biotecnologia	379.452,00	375.657,48	261.851,10	259.232,59
Equipar laboratório de Edificações	2.565.770,40	2.540.112,70	8.567.540,33	8.481.864,93
Equipar laboratório de Eletromecânica	629.764,00	623.466,36	1.228.822,70	1.216.534,47
Equipar laboratório de Energias Alternativas	147.300,00	145.827,00	419.725,00	415.527,75
Equipar laboratório de Formação de Docentes	475.231,01	470.478,70	431.702,44	427.385,42

	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
AÇÃO	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	AÇÃO	CONVENIADO (R\$)
Equipar laboratório de Mecânica	827.205,00	818.932,95	1.944.911,31	1.925.462,20
equipar laboratório de Meio ambiente	2.935.503,00	2.906.147,97	2.192.013,02	2.170.092,89
Equipar laboratório de Móveis	56.100,00	55.539,00	69.885,60	69.186,74
Equipar laboratório de Produção de Áudio e vídeo	73.282,02	72.549,20	103.700,53	102.663,52
Equipar laboratório de Serviços de Restaurante e Bar	103.356,75	102.323,18	62.707,50	62.080,43
Equipar laboratório de Vestuário e de Tecelagem	908.407,46	899.323,39	769.207,10	761.515,03
Equipar laboratório específico em Celulose e Papel	1.212.140,00	1.200.018,60	602.376,81	596.353,04
Equipar os laboratórios de Química	4.206.250,00	4.164.187,50	2.363.010,41	2.339.380,31
Equipar os laboratórios dos Cursos Técnicos em Artesanato	11.380,00	11.266,20		0,00
SUBAÇÕES NOVAS				
EQUIPAR LABORATÓRIO DE ALIMENTOS, COZINHA, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	0,00	0,00	384.028,38	380.188,10
EQUIPAR LABORATÓRIO DE DESENHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL				
EQUIPAR LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM	0,00	0,00	495.234,00	490.281,66
EQUIPAR LABORATÓRIO DE ESTÉTICA			21.047,85	20.837,37

E IMAGEM PESSOAL	0,00	0,00		
	PTA VIGENTE		NOVA REFORMULAÇÃO	
AÇÃO	CONVENIADO (R\$)	CONVENIADO CONCEDENTE (R\$)	AÇÃO	CONVENIADO (R\$)
EQUIPAR LABORATÓRIO DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	0,00	0,00	1.191.816,00	1.179.897,84
EQUIPAR LABORATÓRIO DE MECATRÔNICA	0,00	0,00	691.446,00	684.531,54
EQUIPAR LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA	0,00	0,00	657.504,00	650.928,96
EQUIPAR LABORATÓRIO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	0,00	0,00	874.924,80	866.175,55
EQUIPAR LABORATÓRIO DE VITICULTURA E ENOLOGIA	0,00	0,00	101.756,00	100.738,44
EQUIPAR LABORATÓRIO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	0,00	0,00	486.353,00	481.489,47
EQUIPAR LABORATÓRIO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	0,00	0,00	705.463,00	698.408,37
TOTAIS	48.424.821,51	47.940.573,29	48.424.821,51	47.940.573,30